MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 165/97

de 7 de Março

De acordo com a nova redacção conferida ao artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 117/92, de 22 de Junho, pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 1997, foi estabelecida a favor das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira uma taxa reduzida a 60 % da taxa aplicada no território do continente por litro de álcool na base de 100 % vol. a 20º C.

Suscitando-se algumas questões de ordem técnica relativamente à proveniência e à circulação do álcool etílico entre as Regiões Autónomas e o continente:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, que a circulação de álcool etílico proveniente das Regiões Autónomas com destino ao continente apenas possa processar-se em regime de suspensão de imposto especial sobre o consumo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Fevereiro.

Ministério das Finanças.

Assinada em 14 de Fevereiro de 1997.

O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 166/97

de 7 de Março

Manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, ao abrigo do disposto nos artigos 5.º, 6.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 518-F/79, de 29 de Dezembro, e nos artigos 1.º e 13.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, o seguinte:

1.º São criadas as Conservatórias dos Registos Predial e Comercial de 3.ª classe de Alcochete, Calheta e Ribeira Brava, a funcionar em regime de anexação com os serviços do registo civil e do notariado do mesmo concelho.

2.º Os quadros de oficiais das repartições referidas no artigo anterior passam a ser os seguintes:

Serviços	Primeiro-ajudante	Segundo-ajudante	Escriturário
Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Alcochete	1	2	3
Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Calheta	1	1	3
Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Ribeira Brava	1	1	3

«53 — Sementes dos géneros *Triticum*, *Secale* e *X Triticosecale*, originárias do Afeganistão, Índia, Iraque, México, Nepal, Paquistão e EUA, onde é conhecida a ocorrência de *Tilletia indica* Mitra.
54 — Grão dos géneros *Triticum*, *Secale* e *X Triticosecale*, originário do Afeganistão, Índia, Iraque, México, Nepal, Paquistão e EUA, onde é conhecida a ocorrência de *Tilletia indica* Mitra.

3.º As datas de entrada em funcionamento dos novos serviços serão fixadas por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado.

4.º São revogadas as Portarias n.ºs 707/89, de 22 de Agosto, e 317/90, de 27 de Abril, no que se refere aos serviços dos registos e do notariado de Alcochete, Calheta e Ribeira Brava.

Ministério da Justiça.

Assinada em 18 de Fevereiro de 1997.

O Ministro da Justiça, *José Eduardo Vera Cruz Jardim*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 167/97

de 7 de Março

Considerando que o fungo *Tilletia indica* Mitra é um organismo nocivo cuja ocorrência nunca foi assinalada nos países da UE;

Considerando que a Comunidade deve adoptar medidas de protecção fitossanitária, para evitar a introdução do referido organismo;

Considerando que a Directiva n.º 96/78/CE, da Comissão, de 6 de Dezembro de 1996, ao definir as medidas a aplicar em relação aos países terceiros em que é conhecida a ocorrência do fungo em questão, introduz alterações à Directiva, do Conselho, n.º 77/93/CEE, de 21 de Dezembro de 1976;

Considerando que a Portaria n.º 344/94, de 1 de Junho, transpõe para o direito interno as medidas constantes da Directiva, do Conselho, n.º 77/93/CEE, de 21 de Dezembro de 1976, importa pois proceder à actualização daquele diploma, inserindo-lhe as disposições previstas na Directiva n.º 96/78, da Comissão, de 6 de Dezembro de 1996.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 154/94, de 28 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Na parte A, alínea c) da secção I, do anexo I da Portaria n.º 344/94, de 1 de Junho, a seguir ao n.º 15, é aditado o n.º 15.1, com a seguinte redacção:

«15.1 — *Tilletia indica* Mitra.»

2.º Na parte A, secção I, do anexo IV da Portaria n.º 344/94, de 1 de Junho, a seguir ao n.º 52, são inseridos dois novos números, 53 e 54, com as seguintes respectivas redacções:

Constatação oficial de que as sementes são originárias de uma área reconhecida como isenta de *Tilletia indica* Mitra. O nome da área deverá ser mencionado no certificado fitossanitário.
Constatação oficial de que:

- i) O grão é originário de uma área ou de áreas reconhecida(s) como isenta(s) de *Tilletia indica* Mitra. O nome da área ou das áreas deverá ser mencionado no certificado fitossanitário, na rubrica «Local de origem»; ou
- ii) Não foram observados sintomas de *Tilletia indica* Mitra em vegetais no local de produção, durante o último ciclo vegetativo completo; e nos testes efectuados a amostras representativas do grão, retiradas na altura da colheita e antes da sua expedição, as mesmas revelaram-se isentas de *Tilletia indica* Mitra, devendo ser mencionado no certificado fitossanitário, na rubrica «Nome do produto», que o grão foi testado tendo-se revelado isento de *Tilletia indica* Mitra.»